



POBREZA MENSTRUAL: ACESSO A ABSORVENTES POR MULHERES EM UM HOSPITAL DE MACAPÁ

ARTIGO ORIGINAL

CANTO, André Souza do¹, MESQUITA, Jeniffer Oleastro Sotelo de², RIBEIRO, Augusto Gabriel³, GATO, Fábio Luis da Silva⁴

CANTO, André Souza do. *Et al.* **Pobreza menstrual: acesso a absorventes por mulheres em um hospital de Macapá.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 11, Vol. 07, pp. 99-108. Novembro de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/pobreza-menstrual>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/saude/pobreza-menstrual

RESUMO

Pobreza Menstrual (PM) é um termo novo que vem sendo discutido amplamente e refere-se à instabilidade do acesso a absorventes, à falta de recursos para garantir a dignidade das pessoas que menstruam e à falta de informação sobre o que é, como ocorre e a importância do ciclo menstrual. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo traçar um perfil e descrever a situação vivenciada por mulheres em um hospital de Macapá quanto a pobreza menstrual. Para isso, realizou-se a aplicação de questionário às mulheres que estavam internadas no Hospital Maternidade Mãe Luzia. Como resultados, verificou-se que 23,1% das entrevistadas não têm acesso a absorventes higiênicos no período menstrual sempre que precisam. 78,2% já utilizaram algum material alternativo para conter o fluxo menstrual. Quanto ao perfil das entrevistadas, constatou-se que 54,6% recebem menos de 1 salário-mínimo por mês. 88,6% autodeclararam-se pretas ou pardas. 41,9% têm de 18 a 25 anos e 29,3% têm entre 26 e 30 anos. Além disso, 96,9% declararam ser a favor da distribuição gratuita e irrestrita de absorventes pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Por fim, concluiu-se que grande parte das mulheres que lidam com a pobreza menstrual e com as suas consequências, são de baixa renda, recebem menos de um salário-mínimo, são pretas ou pardas, têm baixa escolaridade e possuem dificuldades para ter acesso à absorventes higiênicos com constância, colocando em risco sua saúde e dignidade.

Palavras-chave: Pobreza menstrual, Menstruação, Absorventes, Ciclo menstrual, Distribuição gratuita.



1. INTRODUÇÃO

Segundo Assad (2021), a pobreza menstrual ou precariedade menstrual consiste em uma situação à qual bilhões de mulheres estão submetidas devido à falta de acesso ao saneamento básico, banheiros e itens de higiene pessoal. Esta situação impede estes indivíduos de passarem por seus períodos de menstruação de maneira digna.

De acordo com a UNICEF, este pode ser considerado um caso de saúde pública, pois afeta negativamente as pessoas que menstruam no país e no mundo. Ademais, vale salientar que, além das dificuldades de acesso ao item de higiene para usar no período menstrual, há também um grande desconhecimento sobre os cuidados que as pessoas que menstruam precisam ter com a saúde (UNICEF, 2019).

Mediante a este cenário, Silva *et al.* (2005), relata que a menstruação precisa deixar de ser um tabu e passar a ser discutida mais profundamente, principalmente nas escolas, em universidades e nos grupos sociais, pois, o que se percebe é que, ainda hoje, meninas crescem sem receber as devidas informações de que menstruar é um ciclo normal da mulher.

Além disso, as pessoas que menstruam precisam ter acesso regular a absorventes higiênicos para a devida proteção durante o período menstrual. Sabe-se, porém, que este é um item que requer recursos financeiros para a sua aquisição e que milhares de pessoas pelo país, não dispõem destes recursos (PIOVESAN, 2021).

Em decorrência disso, muitas optam, para manter o mínimo de dignidade nos dias de sangramento, a fazer uso de retalhos, de papel higiênico e até miolo de pão, como forma de proteção. Este ato, além de não assegurar nenhum conforto, ainda pode ocasionar problemas de saúde como, por exemplo, o de contrair infecções, já que há considerável risco de contaminação do órgão genital (GUERRA, 2021).

Considerando-se tais fatores, o presente artigo tem como objetivo traçar um perfil e descrever a situação vivenciada por mulheres em um hospital de Macapá quanto a pobreza menstrual, a fim de discutir e investigar este tema mais profundamente no âmbito científico, no sentido de alertar a sociedade sobre a necessidade de que o



acesso ao absorvente higiênico deve ser facilitado às pessoas que necessitam desse item, mas que não dispõem de recursos para a sua aquisição.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para o estudo foi realizada uma pesquisa de campo exploratória, com abordagem quali-quantitativa.

Foram entrevistadas um total de 229 mulheres que se encontravam internadas no Hospital da Mulher Mãe Luzia - HMML no momento de aplicação do questionário.

Os critérios de inclusão foram: a) mulheres gestantes, que buscavam algum tipo de atendimento obstétrico no hospital HMML; b) que aceitaram participar livremente, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); c) maiores de 18 anos.

Como critérios de exclusão, têm-se os casos que não atenderam integralmente ao perfil supracitado.

As perguntas relacionadas à pobreza menstrual e as variáveis sociodemográficas foram submetidas a testes de associação, que se deram por meio do Teste Qui-quadrado (Chi-square test) e do Teste Exato de Fisher.

Os testes apresentam como pressuposto teórico a comparação de frequências esperadas e observadas entre variáveis qualitativas (ou categóricas) para avaliar se há relação de dependência entre elas, logo, rejeitando ou aceitando a hipótese nula de que as variáveis de interesse estudadas são independentes. Uma vez que o qui-quadrado demonstra a existência de associação, para medir o seu grau, também foi calculado o V de Cramer (Cramer's V).

Para as tabelas de contingência 2x2, ou seja, com duas variáveis (nesse caso dicotômicas), optou-se pelo teste de exato de Fisher, com coeficiente Phi para gradação.



3. RESULTADOS

A pesquisa foi respondida por 229 pessoas, todas pacientes da Maternidade Mãe Luzia. As primeiras perguntas direcionadas às participantes, objetivaram traçar um perfil das entrevistadas. Nesse sentido, na primeira pergunta buscou-se averiguar a faixa etária das respondentes. Os dados acerca da referida pergunta são apresentados na tabela 1.

Tabela 1. Faixa etária das participantes da pesquisa

Faixa etária	n	%
41-50	7	3,1%
31-40	59	25,8%
26-30	67	29,3%
18-25	96	41,8%
Total	229	100%

Fonte: Autores (2022).

Observa-se que a maioria das participantes se encontra na faixa etária de 18 a 25 anos, 41,8% das entrevistadas. Em seguida, tem-se o grupo pertencente a faixa etária de 26 a 30 anos, com 29,3%, e 31 a 40 anos, com uma representação de 25,8%.

Continuando a busca dos dados para traçar o perfil das participantes, no segundo questionamento, foi averiguado a escolaridade, sendo os dados apresentados na tabela 2.

Tabela 2: Escolaridade das entrevistadas

Escolaridade	n	%
Sem escolaridade	1	0,5%
Ensino fundamental incompleto	42	18,3%
Ensino fundamental completo	30	13,1%
Ensino médio incompleto	36	15,7%
Ensino médio completo	90	39,9%
Ensino superior incompleto	12	5,2%
Ensino superior completo	18	7,9%
Total	229	100%

Fonte: Autores (2022).



Os dados demonstram que a maior parte das participantes da pesquisa, 39,9%, possuem o Ensino Médio completo. Em seguida, tem-se 18,3% que relataram não terem completado o Ensino Fundamental. Percentuais pequenos, de 5,2% e 7,9% encontram-se cursando ou concluído o Ensino superior respectivamente.

Esse é um resultado que reflete a realidade das mulheres de classes menos favorecidas, ou seja, aquelas que param os estudos ao finalizar o Ensino Médio. Um dos motivos que levam ao abandono dos estudos, é a gravidez na adolescência que, além de ocasionar riscos à saúde da mãe do bebê, gera, também, impacto socioeconômico, considerando-se que as grávidas deixam de estudar para trabalhar e assegurar o alimento e cuidados básicos à criança (SILVA *et al.*, 2022).

Vale salientar que a pesquisa foi realizada em um órgão público de saúde, o que infere em dizer, que as pacientes do local, em sua maioria, são pessoas com menos poder aquisitivo. Neste sentido, buscou-se também averiguar a renda mensal das participantes. Sobre essa questão, é apresentado na tabela 3 os dados obtidos junto às participantes.

Tabela 3: Renda mensal familiar das participantes da pesquisa

Variável	n	%
Mais de 4 salários-mínimos	2	0,9%
Entre 2-4 salários-mínimos	19	8,3%
Entre 1-2 salários-mínimos	83	36,2%
Menos de 1 salário-mínimo	125	54,6%
Total	229	100%

Fonte: Autores (2022).

Os dados refletem o que já foi mencionado nos resultados obtidos no segundo questionamento, ou seja, a maioria das pacientes são pessoas de baixa renda, representando 54,6% das participantes da pesquisa que tem como renda menos de um salário-mínimo.

Em seguida, tem-se 36,2% recebem entre um e dois salários-mínimos e menos de 10% recebem mais de 2 salários-mínimos. O resultado remete diretamente ao problema da pesquisa, pois, considerando-se que o absorvente higiênico é um item



relativamente caro, é inviável que uma pessoa que possui renda média de um salário-mínimo, o que pode ser observado na maioria das participantes, tenha condições financeiras para adquirir mensalmente o item higiênico.

Esse é um dos fatores utilizados pela UNICEF para justificar a necessidade da oferta gratuita de absorventes higiênicos pela rede pública de saúde, pois, conforme estudos realizados em nível Brasil, 13,6 milhões de pessoas vivem em condições de extrema pobreza, ou seja, sobrevivem com menos de U\$ 1,90 por dia e, cerca de 51,5 milhões encontram-se abaixo da linha de pobreza, vivendo com menos de R\$ 436,00 ao mês. Essa é uma realidade que causa preocupação e que remete a necessidade de haver políticas públicas de saúde que atendam, mesmo que minimamente, as necessidades das mulheres, já que a elas a realidade da pobreza gera muito mais problemas, principalmente no que diz respeito a saúde e cuidados básicos de higiene (CASEFF, 2021).

Entretanto, segundo UESB (2019), há outro fator que interfere diretamente na vida social e financeira das pessoas, sendo ela a cor ou raça. Considerando-se esse aspecto, solicitou-se às participantes, que indicassem cor ou raça a qual pertencem. Na tabela 04, apresentam-se os dados relativos a este questionamento.

Tabela 4: Autodeclaração étnico racial

Raça/cor	n	%
Preto/Pardo	203	88,6%
Branco	20	8,7%
Indígena	4	1,7%
Prefiro não responder	2	0,9%
Total	229	100%

Fonte: Autores (2022).

Observa-se que 88,6% das participantes da pesquisa se autodeclaram pretas ou pardas e, somente 8,7% brancas. Considerando-se o local da pesquisa, norte do Brasil, esse é um resultado esperado, tendo em vista o processo de colonização que resultou na maioria da população ser composta por negros e indígenas. Sabe-se, porém, que o estigma, o preconceito de gênero e de raça que permeia a população preta e parda no Brasil, são pontos cruciais que refletem diretamente na vida social e



financeira. Também, são esses mesmos fatores que condenam as mulheres negras a vivenciar uma realidade de menos prestígio social, cuja remuneração não lhes permite o acesso ao básico para ter uma vida digna (UESB, 2019).

Neste sentido, considerando-se que o absorvente higiênico é um item relativamente caro para ser adquirido mensalmente, perguntou-se às participantes da pesquisa, se elas têm acesso ao item durante o período menstrual. Os dados inerentes ao questionamento são apresentados na tabela 05.

Tabela 05. Sobre o acesso a absorventes higiênicos

Respostas	n	%
Não	53	23,1%
Sim	176	76,9%
Total	229	100%

Fonte: Autores (2022).

Conforme pode-se observar, 76,9% das participantes responderam que têm acesso à absorventes higiênicos durante o período menstrual. No entanto, 23,1% não possuem acesso, o que nos leva a refletir, tendo em vista que este percentual representa quase $\frac{1}{4}$ do total de entrevistadas.

Percebe-se, nesse cenário, a necessidade de políticas públicas que atendam às necessidades dessas pessoas, bem como que tenham o objetivo de sanar este problema através de investimentos em infraestrutura e acesso aos produtos menstruais para pessoas de baixa renda (UNICEF e UNFPA, 2021).

Considerando-se as discussões geradas a partir da aprovação da lei de criação do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021), buscou-se averiguar junto às participantes, qual o anseio delas em relação à distribuição gratuita e irrestrita de absorventes higiênicos pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Na tabela 6, tem-se os dados inerentes ao questionamento.



Tabela 6: Anseios pela distribuição gratuita e irrestrita de absorventes pelo SUS

Respostas	n	%
Não	7	3,1%
Sim	222	96,9%
Total	229	100%

Fonte: Autores (2022).

Observa-se, conforme os dados da tabela, que a maioria, representada por 96,9% das entrevistadas, afirmaram o desejo da distribuição gratuita do item de higiene, ou seja, até aquelas que afirmaram ter acesso mensalmente ao produto, aprovam a distribuição gratuita às pessoas que necessitam.

Essa atitude solidária pode ser reflexo da experiência de menstruar e, por saber da necessidade de ter acesso a lugares limpos e apropriados para trocar o produto menstrual. Além disso, as pessoas que menstruam sabem das dificuldades pelas quais passam mensalmente, quando por algum motivo não têm acesso a boas condições para o cuidado da saúde menstrual. É importante lembrar que isso, além de gerar desconforto, causa insegurança e estresse, contribuindo diretamente para aumentar a discriminação e estigmatização já existente em relação as mulheres (UNICEF e UNFPA, 2021).

Finalizando a pesquisa, averiguou-se junto às participantes, se em algum momento chegaram a usar materiais alternativos para conter a menstruação. Na tabela 7, apresenta-se os dados inerentes ao questionamento.

Tabela 7: Sobre o uso de alternativas para conter o fluxo, durante o período menstrual

Respostas	n	%
Não	50	21,8%
Sim	179	78,2%
Total	229	100%

Fonte: Autores (2022).

A maioria das participantes, 78,2% afirmam ter feito uso de materiais alternativos para conter o fluxo menstrual. Esse é um resultado preocupante, pois, sabe-se que a região



genital é uma área muito sensível do corpo humano e suscetível a contrair infecções no contato com materiais contaminados.

Logo, a partir do momento que a pessoa utiliza tecidos, miolo de pão, papel higiênico, dentre outras alternativas, para conter o fluxo, ela está expondo em risco a sua saúde, pois, conforme exposto por Guerra (2021) o uso de material biológico na região genital, como o miolo de pão, por exemplo, tem potencial para causar infecções, principalmente bacterianas ou fúngicas, predispondo a diversas doenças ginecológicas, além de elevar o risco do desenvolvimento de infecções do trato urinário.

Além disso, uma vez que o sangue também é um material propício ao crescimento de bactérias e fungos, ao ficar acumulado, aumenta-se, ainda mais, a probabilidade de ocasionar uma doença por micro-organismos (GUERRA, 2021).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo traçar um perfil e descrever a situação vivenciada por mulheres em um hospital de Macapá quanto a pobreza menstrual, onde, mediante a pesquisa realizada, constatou-se que não só existe uma carência sobre dados concretos epidemiológicos sobre o assunto, mas também uma escassez de trabalhos publicados em âmbito nacional e mundial.

Os resultados obtidos mediante o questionário aplicado, demonstraram que as mulheres que sofrem com a pobreza menstrual são de baixa renda, sobrevivem com menos de um salário-mínimo, são pretas ou pardas, com baixa escolaridade e tem dificuldades para conseguir absorventes higiênicos com constância, colocando em risco sua saúde.

Além disso, quase a totalidade das entrevistadas acredita na distribuição gratuita de absorventes como um dever do Estado, que irá garantir que as pessoas que possuem menor poder aquisitivo tenham mais dignidade durante o ciclo menstrual.



Ademais, como fator limitante de toda a pesquisa, após análise estatística dos dados obtidos foi verificado que os testes de associação utilizados neste estudo não são capazes de estabelecer causalidade entre as variáveis, estabelecendo, portanto, somente relação de dependência entre elas. Sendo assim, devido ao pequeno tamanho da amostra, nem todas as associações respeitaram o pressuposto teóricos de não haver nenhuma célula com contagem esperada menor que 5.

REFERÊNCIAS

ASSAD, Beatriz Flügel. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. **Revista Antinomias**, v. 2, n. 1, jan./jun., 2021. Disponível em: <http://www.antinomias.periodikos.com.br/article/60e39095a9539505a0471774/pdf/antinomias-2-1-140.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2022.

CASEFF, Gabriela. Uma em cada quatro adolescentes brasileiras não tem acesso a absorventes. **Folha de São Paulo**, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2021/03/uma-em-cada-quatro-adolescentes-brasileiras-nao-tem-acesso-a-absorventes.shtml>. Acesso em: nov. 2021.

GUERRA, Ana Carolina. Pobreza menstrual põe saúde em risco. **Diário de Pernambuco**, 2021. Disponível em: impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2021/07/pobreza-menstrual-poe-saude-em-risco.html. Acesso em: abr. 2022.

PIOVESAN, Eduardo. Câmara aprova distribuição gratuita de absorventes higiênicos para estudantes e mulheres de baixa renda. **Agência Câmara de Notícias**, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/799998-CAMARA-APROVA-DISTRIBUICAO-GRATUITA-DE-ABSORVENTES-HIGIENICOS-PARA-ESTUDANTES-E-MULHERES-DE-BAIXA-RENDA>. Acesso em: mar. 2022.

SILVA, Glauce Cerqueira Corrêa da; SANTOS, Luciana Mateus; TEIXEIRA, Luciane Alves; LUSTOSA, Maria Alice; COUTO, Silvio César Ribeiro; VICENTE, Therezinha Alves; PAGOTTO, Vânia Pereira Fagundes. A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. **Rev. SBPH**, v. 8, n. 2, dez. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200006. Acesso em: out. 2021.

UNICEF. **Guidance on Menstrual Health and Hygiene**. UNICEF, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/91341/file/UNICEF-Guidance-menstrual-health-hygiene-2019.pdf>. Acesso em: dez. 2021.



UNICEF; UNFPA. **Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos.** UNICEF; UNFPA, 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf. Acesso em: nov. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB. A luta e a resistência da mulher negra no Brasil. **Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia**, 2019. Disponível em: <http://www.uesb.br/noticias/a-luta-e-a-resistencia-da-mulher-negra-no-brasil/>. Acesso em: abr. 2022.

Enviado: Outubro, 2022.

Aprovado: Novembro, 2022.

¹ Acadêmico de Medicina 12º semestre Universidade Federal do Amapá- UNIFAP. ORCID: 0000-0003-0771-0382.

² Acadêmico de Medicina 12º semestre Universidade Federal do Amapá- UNIFAP. ORCID: 0000-0002-3230-5832.

³ Acadêmico de Medicina 12º semestre Universidade Federal do Amapá- UNIFAP. ORCID: 0000-0002-3426-275X.

⁴ Orientador. ORCID: 0000-0002-6967-6063.